



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026 CELEBRADO ENTRE O ESTADO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER (CENDFOL/PI) E A ASSOCIACAO PIAUIENSE DE HABILITACAO, REABILITACAO, READAPTACAO - ASSOCIACAO REABILITAR.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES E DE SEUS REPRESENTANTES

CONCEDENTE:

O ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER (CENDFOL/PI) inscrita no CNPJ sob o nº 15.029.783/0001-03, com sede em Teresina-PI, na R. Lisandro Nogueira, 1730 - Centro (Norte), CEP:64000-200, neste ato representado por **KARINA RAQUEL DE SAMPAIO LEMOS**, portadora da Cédula de Identidade nº 14205-24 SSPI, inscrita no CPF sob o nº 768.895.993-49;

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

ASSOCIACAO PIAUIENSE DE HABILITACAO, REABILITACAO, READAPTACAO - ASSOCIACAO REABILITAR, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.995.466/0001-13, com sede na Avenida Higino Cunha, nº1515, Bairro Ilhotas, Teresina/PI, CEP: 64.014-220, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. BENJAMIM PESSOA VALE**, portador da Cédula de Identidade nº 274.742, inscrito no CPF nº 132.824.763-53.

DADOS DO PROCEDIMENTO ANTECEDENTE

NÚMERO DO PROCEDIMENTO:

SEI Nº 00351.002178/2026-52



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



NATUREZA DO PROCEDIMENTO:

*Celebração de parcerias formalizadas através de Termo de fomento com chamamento público através do **Edital de chamamento Público no 002/ 2025 – modalidade prevenção CENDFOL:***

ATO DE APROVAÇÃO DA MINUTA

PARECER PGE 2024/2025

PARECER CGE 7/2025

Disciplina jurídica deste termo

A parceria de que trata este termo é regida pelos princípios e regras do Direito Público brasileiro, especialmente pelo disposto na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto do Estado do Piauí n. 13.860, de 22 de setembro de 2009, no Decreto do Estado do Piauí n. 17.083, de 3 de abril de 2017, pelos termos do **edital do chamamento público 002/2025 MODALIDADE PREVENÇÃO**; pela proposta apresentada no **edital do chamamento público 002/2025 MODALIDADE PREVENÇÃO**, pelo plano de trabalho anexo e pelas cláusulas a seguir.

CLÁUSULAS

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de ações e programas de prevenção ao uso abusivo do álcool e outras drogas e outras vulnerabilidades sociais, com foco na promoção da saúde, desenvolvimento de habilidades para a vida, fortalecimento de fatores de proteção e redução de fatores de risco, por meio de atividades como palestras, oficinas, campanhas educativas, capacitações, e outras iniciativas baseadas em evidências, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, incluindo metas, indicadores de desempenho, público-alvo e abrangência territorial. Conforme Edital de Chamamento Público nº 002/2025, Termo de Referência e o Plano de Trabalho devidamente aprovado e condições fixadas neste instrumento e seus anexos.



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO

1.2. Integram e completam o presente Termo de Fomento, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no **edital do chamamento público 002/2025- MODALIDADE PREVENÇÃO**, seus anexos e a proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

1.3. As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

2. RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

2.1. Os recursos financeiros destinados à execução do objeto desta parceria terão origem no seguinte crédito orçamentário:

Unidade Orçamentária	11114
Programa	08.244. 0104. 6166
Projeto/Atividade	6166
Elemento de Despesa	335043
Valor Global	R\$ 156.000,00 (12 meses)
Fonte de Recurso	761

2.2. Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, o CONCEDENTE transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o valor de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), em parcelas, conforme o seguinte cronograma:

Parcela	Valor	Momento do repasse
1	R\$13.000,00	Junho 2026
2	R\$13.000,00	Julho 2026
3	R\$13.000,00	Agosto 2026



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



Parcela	Valor	Momento do repasse
4	R\$13.000,00	Setembro 2026
5	R\$13.000,00	Outubro 2026
6	R\$13.000,00	Novembro 2026
7	R\$13.000,00	Dezembro 2026
8	R\$13.000,00	Janeiro 2027
9	R\$13.000,00	Fevereiro 2027
10	R\$13.000,00	Março 2027
11	R\$13.000,00	Abril 2027
12	R\$13.000,00	Mai 2027

3. CONTRAPARTIDA

No presente Termo de Fomento não há contrapartida por parte da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4. OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1. São obrigações do CONCEDENTE:

4.1.1. registrar no SIGRP os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

4.1.2. publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado - DOE;

4.1.3. designar o gestor que será responsável pela gestão da parceria com poderes de controle e fiscalização;

4.1.4. promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

- 4.1.5. emitir e anexar no SIGRP relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
- 4.1.6. receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- 4.1.7. elaborar parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade;
- 4.1.8. aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- 4.1.9. incluir esta parceria e respectivo plano de trabalho em relação publicada em seu sítio oficial na internet, na qual devem ser mantidos até cento e oitenta dias depois de seu encerramento;
- 4.1.10. divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.
- 4.1.11 Prorrogar "de ofício" a vigência do Termo de Fomento, quando houver atraso na liberação dos recursos pelo exato período do atraso verificado;
- 4.1.12 Conservar a autoridade normativa e exercer o controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo a terceiros, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação pactuada;
- 4.1.13 Promover o monitoramento com emissão de relatório técnico e avaliação da execução do Plano de Trabalho, podendo submeter à comissão de monitoramento do Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Estado do Piauí, ou órgão equivalente;
- 4.1.14 Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

5. OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

5.1. São obrigações da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- 5.1.1. registrar tempestivamente no SIGRP os atos de celebração de sua competência, execução



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

de despesas e a prestação de contas do presente termo;

5.1.2. responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

5.1.3. aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE exclusivamente no objeto constante no Termo de Fomento, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários à sua perfeita execução;

5.1.4. manter e movimentar os recursos em conta bancária específica e aberta exclusivamente para esta parceria em instituição financeira indicada pela concedente;

5.1.5. responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

5.1.6. responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

5.1.7. manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

5.1.8. divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data da assinatura; identificação do instrumento, do CONCEDENTE e da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, incluindo número do CNPJ desta; descrição do objeto da parceria, seu valor total e valores liberados; situação da prestação de contas, data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções de seus integrantes e a remuneração prevista para o respectivo exercício, quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria;

5.1.9. prestar todos os serviços, conforme o Plano de Trabalho anexo, mediante a contratação



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

5.1.10. observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

5.1.11. comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais e/ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação do número da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

5.1.12. ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes, inclusive os decorrentes das aplicações financeiras.

5.1.13. promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho.

5.1.14. manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de parcelas e parcerias anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

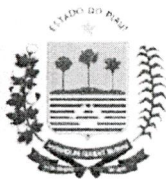
5.1.15. comunicar ao CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto;

5.1.16. prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

5.1.17. permitir livre acesso de servidores dos órgãos ou das entidades Concedentes, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Controladoria-Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Instrumento, bem como aos locais de execução do objeto;

5.1.18. abster-se de alienar a terceiros os bens adquiridos com recursos desta parceria;

5.1.19. transferir para o CONCEDENTE os bens adquiridos com recursos provenientes desta parceria, em caso de extinção da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

5.1.20. viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes à parceria celebrada.

5.1.21 Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento, na forma prevista na legislação em vigor, e neste Termo de Fomento, gerando e enviando por meio do Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGRP os relatórios de prestações de contas, sem prejuízo do envio formal dos documentos em meio físico (papel) para conferência, se assim for exigido;

5.1.22 Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, Decreto Estadual 17.083/2017, bem como, aos locais de execução do objeto;

5.1.23 Cumprir e fazer cumprir as normas federais, estaduais e municipais em vigor, relacionadas ao objeto deste termo de fomento, e com a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, assim como as resoluções e os demais regulamentos publicados que por ventura venham a ser editados, com especial atenção às diretrizes de prevenção baseadas em evidências;

5.1.24 Coletar e reportar dados sobre o alcance, a efetividade e o impacto das ações de prevenção, utilizando indicadores de desempenho definidos no Plano de Trabalho;

5.1.25 Promover a capacitação contínua de sua equipe envolvida nas ações de prevenção, garantindo a qualificação necessária para a execução das atividades;

5.1.26 Articular-se com a rede de serviços de saúde, assistência social, educação e segurança pública, quando necessário, para garantir a integralidade das ações de prevenção e o encaminhamento adequado dos beneficiários;

5.1.27 Garantir a proteção dos dados pessoais dos participantes das ações de prevenção, em conformidade com a legislação vigente;

5.1.28 Manter registros detalhados das atividades realizadas, incluindo listas de presença, relatórios de oficinas, materiais didáticos utilizados e evidências fotográficas/ audiovisuais, para



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

fins de comprovação da execução física;

5.1.29 Assegurar que todas as ações de prevenção sejam realizadas com respeito aos direitos humanos e à dignidade dos participantes, evitando qualquer forma de discriminação ou estigmatização;

5.1.30 Permitir acesso às suas dependências e aos documentos relacionados à execução da parceria ao Conselho Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Estado do Piauí, para viabilizar o acompanhamento e fiscalização por parte deste, nos termos do art. 60 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Estadual 17.083/2017.

6. VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Fomento terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

6.2. A vigência deste instrumento poderá ser prorrogada por Termo Simplificado de Prorrogação, que será assinado apenas pelo CONCEDENTE e nos termos da legislação vigente deste edital.

6.2.1. Se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL detectar necessidade de aumento do tempo de duração da parceria, deverá incluir solicitação nesse sentido no SIGRP e formalizar o pedido por meio de ofício, em até trinta dias antes do fim do prazo de vigência, com as razões do descumprimento do cronograma, se for o caso.

6.2.2. Se o objeto desta parceria for qualificado como projeto; nos termos do art. 2º, III-B, da Lei n. 13.019/2014; a prorrogação será condicionada à necessidade justificada, pela autoridade competente e por escrito, de prazo adicional para sua conclusão e limitada a esse tempo.

6.2.3. Se o objeto desta parceria for qualificado como atividade; nos termos do art. 2º, III-A, da Lei n. 13.019/2014; a prorrogação será condicionada à demonstração, pela autoridade competente e por escrito, da existência de vantagem no aumento de sua duração, se comparada ao estabelecimento de nova parceria.

6.2.4. Em qualquer caso, a prorrogação do prazo de vigência da parceria dependerá da demonstração da existência de recursos orçamentários para suportar as despesas dela decorrentes, por todo o tempo adicional.



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

6.3. A prorrogação de ofício da vigência da parceria deve ser feita pelo CONCEDENTE, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

6.4. Em nenhuma hipótese a vigência total desta parceria excederá sessenta meses.

7. DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto quando for constatada qualquer das impropriedades previstas no art. 48 da Lei n. 13.019/2014 e art. 39 do Decreto Estadual n. 17.083/2017, caso em que ficarão retidas até o saneamento das inadequações.

7.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica, isenta de tarifas bancárias, aberta exclusivamente para cada ajuste em instituição financeira pública indicada pelo CONCEDENTE;

7.3. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.4. A liberação de cada parcela é condicionada à manutenção da regularidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que deverá:

7.4.1. ter preenchido os requisitos exigidos na Lei 13.019/2014 para a celebração da parceria;

7.4.2. apresentar a prestação de contas da parcela anterior, não sendo necessário que a parcela anterior tenha sido integralmente executada;

7.4.3. estar em situação regular com a execução do plano de trabalho;

7.4.4. comprovar o recolhimento das obrigações sociais da parcela anterior, por meio de GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social) e GPS (Guia da Previdência Social).

7.5. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

7.6. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à CONCEDENTE no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

8. DESPESAS

8.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação. Se o valor efetivo da compra ou contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

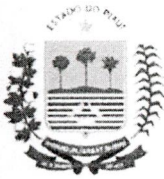
8.2. As despesas deverão ser comprovadas mediante documentos originais, devendo os recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o título e número da Parceria.

8.3. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria as despesas com remuneração da equipe de trabalho, inclusive de pessoal próprio da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria.

8.4. O valor da remuneração da equipe de trabalho que ocupa cargo técnico deve ser compatível com o valor de mercado, devendo ser observado as convenções coletivas de trabalho e os valores definidos como piso salarial pelos conselhos de classe.

8.5. Não será admitido o pagamento de diárias com recursos desta parceria;

8.6. É vedado pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



8.7. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, salvo a impossibilidade física, devidamente demonstrada.

9. ALTERAÇÃO

9.1. É vedado o aditamento desta parceria com intuito de alterar a natureza de seu objeto, assim entendido aquele que modifique, ainda que parcialmente, a finalidade definida neste termo e no plano de trabalho anexo.

9.2. O plano de trabalho anexo poderá ser revisto, por meio de termo de aditamento, para:

9.2.1. ampliação de até trinta por cento do valor global;

9.2.2. redução do valor global;

9.2.3. alteração da destinação dos bens remanescentes.

9.3. Nos seguintes casos, a alteração dar-se-á por simples apostila:

9.3.1. utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;

9.3.2. ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho;

9.3.3. remanejamento de recursos sem alteração do valor global.

10. RESCISÃO

10.1. Os partícipes poderão provocar a rescisão deste termo a qualquer tempo, desde que informem por escrito à outra parte e publiquem sua intenção com sessenta dias de antecedência, pelos mesmos meios usados para publicidade deste instrumento.

10.1.1. Se a parceria for rescindida nos termos do item 10.1, cada partícipe permanecerá responsável pelas obrigações assumidas até o momento da rescisão.

10.2. Este termo poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONCEDENTE, por decisão fundamentada, depois de assegurados contraditório e ampla defesa, quando houver descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, especialmente nas seguintes hipóteses:



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



- 10.2.1. utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- 10.2.2. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
- 10.2.3. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que ensejem a instauração de Tomada de Contas Especial.

11. MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do objeto desta parceria será monitorada e fiscalizada pelo CONCEDENTE, por meio do GESTOR designado.

11.2. O monitoramento da parceria compreenderá:

- 11.2.1. a análise das informações constantes do SIGRP acerca de seu processamento;
- 11.2.2. a consulta às movimentações da conta bancária específica;
- 11.2.3. visitas "in loco", na forma do art. 53 do Decreto n. 17.083/2017;
- 11.2.4. pesquisa de satisfação, como prescrita pelo art. 54 do Decreto n. 17.083/2017;
- 11.2.5. análise e manifestação sobre eventuais denúncias;
- 11.2.6. emprego de ferramentas tecnológicas de verificação de alcance de resultados, incluindo, entre outros, as redes sociais na internet e aplicativos.

11.3. Nos mesmos prazos previstos para as prestações de contas parciais e total pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o GESTOR emitirá Relatório Técnico de Monitoramento, a ser homologado por Comissão de Monitoramento e Avaliação, com o seguinte conteúdo mínimo:

- 11.3.1. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 11.3.2. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em relação da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 11.3.3. valores efetivamente transferidos pelo CONCEDENTE;



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



11.3.4. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos;

11.3.5. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

11.3.6. relatório de atividades e resultados, incluindo evidências da execução física das ações de prevenção (relatórios fotográficos/vídeos, materiais produzidos etc.);

12. PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá apresentar ao CONCEDENTE a prestação de contas do total dos recursos recebidos, da aplicação financeira e da contrapartida, quando houver, a qual deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme o pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.

12.2 A prestação de contas parcial é aquela pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, sendo condição para o recebimento de nova parcela, não sendo necessário que tenha sido integralmente executada, contendo, dentre outras, as seguintes informações e documentos:

12.2.1. Relatório de Execução do Objeto;

12.2.2. Relatório de Execução Financeira;

12.2.3. Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa;

12.2.4. Relação dos pagamentos efetuados;

12.2.5. Cópia das notas, comprovantes fiscais, GFIP, GPS, inclusive recibos, com a indicação do número da parceria, comprovação de quitação e atesto de recebimento dos serviços ou produtos;

12.2.6. Cópia das notas de ordem bancária e/ou comprovantes de transferência eletrônica;

12.2.7. Extrato da conta bancária que demonstre a movimentação do período;



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

12.2.8. Cópia das cotações de preços realizadas.

12.2.9. O envio físico dos documentos poderá ser solicitado pela Administração Pública, se necessário.

12.3. No caso de parcerias com mais de um ano de vigência e liberação dos recursos em parcela única, a prestação de contas parcial é obrigatória a cada período de 6 (seis) meses.

12.4. Constatada irregularidade na prestação de contas parcial, o CONCEDENTE suspenderá imediatamente a liberação das parcelas seguintes e notificará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, dando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade e/ou cumprir a obrigação.

12.5. A prestação de contas final será composta pelos mesmos relatórios e documentos da prestação de contas parcial e deverá demonstrar de forma consolidada a execução física e financeira da parceria, para se aferir se o objeto pactuado foi efetivamente cumprido pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devendo ser composta, ainda, dos seguintes documentos:

12.5.1. Relatório Final de cumprimento do objeto;

12.5.2. Relação dos bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

12.5.3. Termo de devolução dos bens adquiridos, quando for o caso;

12.5.4. Relatório de visita técnica *in loco*, quando houver;

12.5.5. Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

12.5.6. Conciliação bancária;

12.5.7. Extrato da conta bancária específica referente a todo período de execução da parceria, desde a liberação da primeira parcela até a devolução do saldo, se houver;

12.5.8. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso.

12.6. A prestação de contas final deverá ser apresentada pela organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria ou da conclusão da execução de seu



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



objeto, o que ocorrer primeiro.

12.7 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas final pelo CONCEDENTE se dará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a entrega pela organização da sociedade civil.

12.8. Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas, o gestor da parceria notificará a organização da sociedade civil para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas, se persistir a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar as providências para instauração da Tomada de Contas Especial.

13. PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

13.1. A eficácia do presente Termo de Fomento fica condicionada a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado o qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura.

13.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas atividades, as seguintes informações da parceria celebrada:

13.2.1. a data de assinatura e identificação do instrumento da parceria e do órgão ou entidade da administração pública estadual responsável;

13.2.2. o nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu CNPJ;

13.2.3. descrição do objeto da parceria;

13.2.4. valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

13.2.5. situação da prestação de contas da parceria, a data prevista para apresentação das contas, a data da efetiva prestação de contas e o resultado conclusivo;

13.2.6. quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a respectiva remuneração.

14. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

14.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014, do Decreto Estadual 17.083/17 e da legislação específica, a administração pública estadual poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

14.1.1. advertência;

14.1.2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração ou contrato com órgãos e entidades da administração pública estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.1.3. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

14.1.4. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Termo de Fomento;

14.2. A organização da sociedade civil suspensa ou declarada inidônea será incluída no Cadastro Geral de Inadimplentes do Piauí - CAGIN, nos termos da Lei Ordinária nº 5.859 de 01 de julho de 2009, no SIGRP e em outros bancos de dados públicos.

15. PARALISAÇÃO INDEVIDA

15.1. Sem prejuízo das sanções cabíveis, é assegurada ao CONCEDENTE a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

16. BENS REMANESCENTES

16.1. Os bens remanescentes, adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, úteis à continuidade de ações de interesse público, poderão ser, a critério do CONCEDENTE:



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO

16.1.1. doados à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

16.1.2. mantidos na titularidade do CONCEDENTE, para utilização direta ou emprego em outra parceria.

16.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que tiver suas contas reprovadas não poderá ser beneficiária da doação prevista no item 16.1.1.

16.3. Os bens permanecerão sob guarda da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até a decisão sobre seu destino.

17. CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n. 13.019/2014, do Decreto Estadual n. 17.083/2017 e dos princípios gerais de direito.



COORDENADORIA ESTADUAL
DE ENFRENTAMENTO
ÀS DROGAS E FOMENTO
AO LAZER - CENDFOL



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO
AQUI TEM FUTURO

18. FORO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Teresina; com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja; para dirimir quaisquer litígios, omissões ou dúvidas que surgirem durante a execução do presente instrumento.

18.2. As partes obrigam-se a tentar a solução administrativa de eventuais conflitos surgidos desta parceria, com a participação da Procuradoria-Geral do Estado, antes do ajuizamento de qualquer demanda judicial.

Por estarem cientes e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus efeitos legais e esperados.

Teresina (PI), 30 de abril de 2026.

KARINA RAQUEL DE SAMPAIO LEMOS

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS E FOMENTO AO LAZER-
CENDFOL

BENJAMIM PESSOA VALE

ASSOCIACAO PIAUIENSE DE HABILITACAO, REABILITACAO, READAPTACAO -
ASSOCIACAO REABILITAR

Benjamim Pessoa Vale
Presidente
Associação Reabilitar